

**PORTARIA Nº 899/2023**

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, usando de suas atribuições legais, considerando o que foi apurado no Processo Administrativo nº 8500209-43.2023.8.06.0091;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Juíza de Direito Izabela Mendonça Alexandre de Freitas, Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Iguatu, para responder pela 2ª Vara Criminal da Comarca de Iguatu, durante o plantão judiciário escalado para o dia **21 de abril de 2023**, na circunscrição do 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquéritos.

Art. 2º Designar o Juiz de Direito Ronald Neves Pereira, Titular da 2ª Vara Criminal na Comarca de Iguatu, para responder pela 2ª Vara Cível da Comarca de Iguatu, durante plantão judiciário escalado para os dias **29 e 30 de abril de 2023**, na circunscrição do 2º Núcleo Regional de Custódia e de Inquéritos.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, Fortaleza, em 04 de abril de 2023.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

PORTARIA Nº 904/2023

Designa Juiz de Direito, Auxiliar da Corregedoria-Geral, para a Comissão Permanente de Segurança do Poder Judiciário do Ceará, biênio 2023/2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 16.208/2017 (Organização Administrativa do Poder Judiciário), o artigo 4º, XXII e § 4º, do RITJCE, a Resolução nº 11/2016, do Órgão Especial, alterada pela Resolução nº 29/2018, que tratam da Comissão Permanente de Segurança do Poder Judiciário do Ceará, a indicação feita pela Desembargadora Corregedora-Geral (Ofício nº. 520/2023 - CGJCE), ainda, as Portarias nºs 270/2023 (DJE 06/02/2023) e 767/2023 (DJE 04/04/2023), que designaram integrantes para a mencionada Comissão;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Dr. Agenor Studart Neto, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, para compor a Comissão Permanente de Segurança do Poder Judiciário do Ceará, biênio 2023/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de abril de 2023.

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes

Presidente do Tribunal de Justiça

PORTARIA Nº 905/2023

Atualiza a composição da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado do Ceará, biênio 2023/2025, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 401/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário, além de outros assuntos, e as indicações feitas pelos(as) gestores(as) das respectivas áreas;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os(as) integrantes da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Estado do Ceará, biênio 2023/2025:

I – Gúcio Carvalho Coelho, Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, como Supervisor;

II - Leopoldina de Andrade Fernandes, Juíza de Direito, representando a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua;

III – Francisca Andrea Ribeiro Vasconcelos, servidora com atuação na área de acessibilidade e inclusão, membro;

IV - Francisco Marcelo Fontenele Braga, servidor da área de sustentabilidade, membro;

V - Kélia da Silva Aires Aragão, servidora da área de gestão estratégica, membro;

VI - Nara Célia Rolim Costa, servidora da área de arquitetura, membro;

VII - Cláudio Aparecido Bento Monteiro, servidor da área da tecnologia da informação, membro;

VIII - Iane Carolina Rodrigues Ferreira, servidora da área de gestão de pessoas, membro e responsável pela Coordenação dos trabalhos;